

# ND



GRUPO ND

## PUBLICIDADE LEGAL



**PUBLIQUE AQUI**

(48) 3212 4127

 (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por  
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.  
A autenticidade deste documento  
pode ser visualizado diretamente no portal  
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



**CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A E CONTROLADA**  
CNPJ: 07.829.836/0001-42

**Relatório da administração - 2022**

**Mensagem da Administração**

Senhores Acionistas,  
A Administração da Chapecoense Geração S.A. e sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vossas senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o parecer dos auditores independentes.

**Estrutura Acionária**

O Capital Social da Chapecoense Geração S.A., no valor de R\$ 254.509.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 254.509.342 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado da seguinte forma:

Acionistas	Participação
CPFL Geração de Energia S.A.	51%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	40%
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	9%

O capital social da controlada Foz do Chapecó Energia S.A., no valor de R\$ 254.129.342,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais), representado por 254.129.342 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas, é totalmente subscrito e integralizado pela Chapecoense Geração S.A.

**Desempenho Operacional**

A disponibilidade das unidades geradoras de energia em 2022 foi de 96,07%, superior ao definido na portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 248/2015, determinado em 94,26%.

Em 31 de dezembro de 2022 a usina hidrelétrica Foz do Chapecó possui uma potência instalada de 855 MW e energia assegurada de 427,2 MW. A geração líquida acumulada em 2022 foi de 443,14 MW, equivalente a 103,73% da energia assegurada.

**Desempenho Econômico e Financeiro**

A Foz do Chapecó Energia obteve em 2022 uma receita operacional líquida de R\$ 1.203.128 mil, atingindo um EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 941.384 mil e lucro líquido de R\$ 422.709 mil.

A Companhia realizou em 15 de julho de 2022 a redução de seu capital social, com cancelamento de 460.000 mil ações, encerrando o exercício social de 2022 com um capital social de R\$ 254.129 mil.

O saldo de financiamento com o BNDES e bancos repassadores em dezembro de 2022 é de R\$ 649.856 mil e vem sendo amortizado

mensalmente. A última parcela de amortização está prevista para 15 de setembro de 2027.

Em 03 de junho de 2022 a Foz do Chapecó emitiu debêntures no valor total de R\$ 460.000 mil, sendo que o saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 462.738 mil. Esta operação deverá ser amortizada através de pagamentos semestrais de juros e anuais de principal, com previsão de término em 03 de junho de 2027. O primeiro pagamento de juros ocorreu em 03 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 33.056 mil.

**Gestão Corporativa**

A Foz do Chapecó Energia busca a melhoria contínua dos seus processos. Em 2022, obteve novamente a recertificação das normas ISOs 9001:2015; 14001:2015 e 45001:2018, pela British Standards Institution (BSI). Também cumpriu as metas estabelecidas no plano de ação do primeiro ano de implantação da agenda ESG, adequando seus procedimentos e as atividades desempenhadas às melhores práticas do mercado. Entre essas ações, destaque para a adesão da empresa no Programa Brasileiro GHG Protocol, com a publicação e divulgação dos inventários no Registro Público de Emissões de gases de efeito estufa.

**Gestão Socioambiental**

A Foz do Chapecó Energia mantém o compromisso de cumprir à risca as obrigações estabelecidas no licenciamento ambiental da usina e ir além, promovendo ações que se refletem diretamente na qualidade de vida da população, na preservação da cultura local e no fortalecimento das atividades produtivas tradicionais. Em 2022, a empresa aportou, por meio das leis de incentivo fiscal, R\$ 3.668 mil, em 39 projetos sociais voltados ao desenvolvimento e à inclusão social nos municípios abrangidos pela usina. A Foz do Chapecó Energia também promoveu a restauração de áreas degradadas, onde foram plantadas 26.956 mudas de espécies nativas distribuídas em 89,84ha todas localizadas na APP do reservatório. Ainda, foram efetuadas solturas de 200.011 alevinos das espécies curimatá, dourado e surubi para o repovoamento do reservatório da UHE Foz do Chapecó.

**Pesquisa & Desenvolvimento**

Em 2022, a Foz do Chapecó Energia investiu R\$ 13.979 mil em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 4.800 mil foram destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), R\$ 2.400 mil alocados no Ministério de Minas e Energia e R\$ 1.440 mil para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outros R\$ 5.339 mil foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

**Agradecimentos**

A Administração da Foz do Chapecó Energia agradece aos seus acionistas, autoridades e órgãos da administração pública, fornecedores e a comunidade residente na região da usina pela confiança depositada na companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	17	381.282	209.790	Fornecedores	13	-	-	26.417	18.144
Aplicações financeiras	5	-	-	-	133.659	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	235.203	137.959
Contas a receber de clientes	7	-	-	153.860	132.479	Salários e obrigações sociais	-	-	-	2.022	1.802
Impostos a recuperar	8	2	2	2.027	1.422	Impostos a recolher	15.a	-	-	8.677	8.045
Dividendos a receber	-	345	345	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15.b	-	-	155.956	128.540
Despesas antecipadas	9	-	-	496	384	Taxas regulamentares	16	-	-	17.915	24.646
Outros créditos	-	-	-	4.924	13.303	Uso do bem público	17	-	-	96.691	89.805
						Provisão para riscos cíveis	18	-	-	34.797	32.530
		363	364	542.589	491.037					577.678	441.471
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Despesas antecipadas	9	-	-	13	10	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	877.391	642.698
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	58.058	57.063	Taxas regulamentares	16	-	-	427	1.007
Impostos a recuperar	8	-	-	413	198	Uso do bem público	17	-	-	1.050.961	964.135
Outros créditos	-	-	-	4.133	3.692	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18	-	-	22.596	1.477
Investimento em controlada	10	633.717	1.135.282	-	-	Impostos diferidos	24.a	-	-	64.996	65.470
Imobilizado	11	-	-	1.958.636	2.063.688					2.016.371	1.674.787
Intangível	12	-	-	664.287	636.216						
		633.717	1.135.282	2.685.540	2.760.867						
<b>Total do ativo</b>		<b>634.080</b>	<b>1.135.646</b>	<b>3.228.129</b>	<b>3.251.904</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	19				
						Capital social		254.509	714.509	254.509	714.509
						Reservas de lucros		379.571	421.137	379.571	421.137
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>634.080</b>	<b>1.135.646</b>	<b>634.080</b>	<b>1.135.646</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>634.080</b>	<b>1.135.646</b>	<b>3.228.129</b>	<b>3.251.904</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Receita operacional líquida</b>	20	-	-	1.203.128	1.068.277
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>	21	-	-	(382.528)	(168.460)
<b>Resultado bruto</b>				820.600	899.817
<b>Despesas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	22	-	-	(7.106)	(21.916)
Honorários da administração	26	-	-	(1.698)	(1.463)
Resultado de equivalência patrimonial	10	422.709	435.952	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				1.440	1.928
		422.709	435.952	(7.364)	(21.451)
		422.709	435.952	813.236	878.366
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>				58.616	18.592
Receitas financeiras	23	-	-	(234.195)	(240.055)
Despesas financeiras	23	(1)	(1)	637.657	656.903
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		422.708	435.951	637.657	656.903
Contribuição social corrente	24	-	-	(57.036)	(45.255)
Imposto de renda corrente	24	-	-	(158.388)	(122.918)
Contribuição social diferida	24	-	-	126	(13.971)
Imposto de renda diferido	24	-	-	349	(38.808)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>422.708</b>	<b>435.951</b>	<b>422.708</b>	<b>435.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	422.708	435.951	422.708	435.951
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>422.708</b>	<b>435.951</b>	<b>422.708</b>	<b>435.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	714.509	105.998	-	113.842	934.349
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(113.842)	(113.842)
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	120.812	(120.812)	-
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(120.812)	-	(120.812)
Resultado do exercício	-	-	-	435.951	435.951
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	21.798	-	(21.798)	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	-	414.153	(414.153)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>714.509</b>	<b>127.796</b>	<b>-</b>	<b>293.341</b>	<b>1.135.646</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>714.509</b>	<b>127.796</b>	<b>-</b>	<b>293.341</b>	<b>1.135.646</b>
Redução de capital social	(460.000)	-	-	-	(460.000)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(293.341)	(293.341)
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	170.933	(170.933)	-
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(170.933)	-	(170.933)
Resultado do exercício	-	-	-	422.708	422.708
Destinações:					
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	-	422.708	(422.708)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>254.509</b>	<b>127.796</b>	<b>-</b>	<b>251.775</b>	<b>634.080</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Lucro antes dos impostos</b>	422.708	435.951	637.657	656.903	
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	-	-	143.505	162.453
Repactuação do risco hidrológico	12	-	-	-	(185.419)
Equivalência patrimonial	10	(422.709)	(435.952)	-	-
Encargos financeiros, líquidos	14	-	-	103.258	61.608
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	(768)	(702)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	15.709	16.042
Resultado baixa de imobilizado	11	-	-	690	434
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-	8.445	16.669
Variação monetária e AVP do uso do bem público	17	-	-	120.627	161.507
Rendimento das aplicações financeiras	23	-	-	(60.309)	(14.153)
		(1)	(1)	968.814	875.342
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>					
Contas a receber de clientes	-	-	(21.381)	(15.405)	
Impostos a recuperar	-	-	(820)	(1.317)	
Despesas antecipadas	-	-	(115)	(18)	
Outros créditos	-	-	7.938	7.775	
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>					
Fornecedores	-	-	8.273	(362)	
Salários e obrigações sociais	-	-	220	135	
Impostos a recolher	-	-	632	17.067	
Taxas regulamentares	-	-	(7.311)	(7.268)	
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	(1)	(1)	956.250	875.949	
Despesas financeiras e juros pagos	14	(1)	(1)	(93.383)	(61.777)
IRPJ e CSLL pagos	-	-	(184.340)	(152.426)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	(2)	(2)	678.527	661.746	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado	11	-	-	(3.141)	(3.845)
Aplicações financeiras	-	-	-	244.472	(173.646)
Aquisição de intangível	12	-	-	(34)	(129)
Recebimento de dividendos	-	464.275	234.654	-	-
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</b>		464.275	234.654	241.297	(177.620)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de dividendos	19.c	(464.274)	(234.653)	(464.274)	(234.653)
Restituição de capital social aos acionistas	-	-	-	(460.000)	-
Pagamento do uso do bem público (UBP)	17	-	-	(90.953)	(79.193)
Captação de Debêntures	14	-	-	460.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(135.661)	(135.305)
Captação de aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	(57.444)	52.172
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		(464.274)	(234.653)	(748.332)	(396.979)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1)	(1)	171.492	87.147
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	17	17	209.790	122.643
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>					

continuação.

**Contrato de Concessão**

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel (direito discricionário do poder concedente), desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabeleça que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP), o montante de R\$ 504.000 (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago mensalmente até o final da concessão. O início do pagamento ocorreu a partir da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó, o que ocorreu em outubro de 2010, quando foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, em 40%, e do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, em 60%. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 8.058. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 1.147.652 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.053.940 em 31 de dezembro de 2021), vide nota explicativa nº 17a.

Repactuação do risco hidrológico - A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) alterou algumas Leis e dentre as quais está a nº 13.203 de 08 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, que trouxe a possibilidade de prorrogação da outorga. Em 14 de setembro de 2021, a Aneel emitiu a resolução homologatória nº 2.932, com extensão de prazo da outorga das usinas participantes no Mecanismo de Realocação de Energias – MRE. Houve um aumento de 1.011 dias no prazo de concessão da controlada Foz do Chapecó e um pleito referente a repactuação do risco hidrológico do período anterior ao ano de 2015 da energia negociada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e sua controlada observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

Em 12 de novembro de 2021, a controladora Foz do Chapecó enviou para a Aneel o termo de aceitação de prazo de concessão de outorga e renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE conforme estabelecido na resolução homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021, e na resolução homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

O impacto da extensão de prazo foi calculado pela CCEE na data base dezembro de 2020. O montante foi de R\$ 185.419 e a Companhia e sua controlada reconheceram em setembro de 2021 como intangível e redução de custo na compra de energia com diferimento para IRPJ e CSLL. A amortização foi reconhecida no resultado a partir de setembro de 2021 pelo prazo de concessão com extensão dos 1.011 dias, consequentemente revertendo o imposto diferido sobre o valor realizado e amortizado (notas explicativas nº 12 e 21.a). Como consequência à Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, houve recálculo da UBP a valor presente, reconhecido no mês de dezembro de 2021 no ativo intangível e passivo de longo prazo no montante de R\$ 104.966, referente a data base de setembro de 2021 correspondente ao incremento do prazo da concessão.

Em 21 de outubro de 2018, a controlada Foz do Chapecó Energia S.A enviou a carta CE-FCE-0315/18 para a Aneel requerendo recomposição do prazo da outorga de 724 dias, alegando excludente de responsabilidade após emissão do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 128/2001 em que alterou o cronograma de implantação através da Resolução Autorizativa nº 879 de 17 de abril de 2007. O período requerido compreendeu 20 de outubro de 2008 a 14 de outubro de 2010, que totalizam o número de 724 dias:

Atividades	Conforme o Contrato nº 128/2001	Conforme o 2º Termo Aditivo
Emissão da Licença Prévia nº 147/2002	-	-
Emissão da Licença de Instalação nº 284/2004	-	-
Início das obras civis	-	01/12/2006
Emissão da Licença de Operação	-	-
Entrada em operação comercial da 1ª unidade hidrogeradora	20/10/2008	31/08/2010
Entrada em operação comercial da 2ª unidade hidrogeradora	20/01/2009	31/10/2010
Entrada em operação comercial da 3ª unidade hidrogeradora	20/04/2009	31/12/2010
Entrada em operação comercial da 4ª unidade hidrogeradora	20/07/2009	31/03/2011

Em 01 de abril de 2022 a Aneel publicou no Diário Oficial da União a Resolução Autorizativa nº 11.412 de 29 de março de 2022, reconhecendo a excludente de responsabilidade e estendendo o prazo de outorga da concessão de uso de bem público em 680 dias que compreende o período de 20 de outubro de 2008 a 31 de agosto de 2010.

O impacto da extensão de prazo foi reconhecido pela Companhia e sua controlada na data base abril de 2022. A UBP foi recalculada a valor presente e contabilizada no mês de abril no intangível e passivo de longo prazo no montante de R\$ 64.039.

**Destinação da energia**

- A energia produzida foi vendida da seguinte forma:
  - 40% vendida às empresas CPFL Piratininga de Força e Luz e CPFL Paulista de Força e Luz, no Ambiente de Contratação Regulada, para o período de 1º de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2027 (PPA - Power Purchase Agreement) e corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
  - 60% vendida no Ambiente de Contratação Regulada, para o período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2041 (CEAR - Contrato de Comercialização no Ambiente Regulado) e corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA. Está previsto em cláusula contratual dos CCEARs que todas as obrigações e direitos sejam assumidos pelo sucessor da titularidade da concessão.

**Capital circulante líquido**

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante negativo de R\$ 35.089, que será revertido através da geração de caixa operacional em 2023 (em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial consolidado apresenta capital circulante no montante de R\$ 49.566).

**2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2023.

**a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio de resultado.

**b. Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da sua controlada integral, Foz do Chapecó Energia S.A.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (i) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (ii) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada é o real. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Imobilizado: Aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Partes relacionadas: Apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas, e
- Uso do Bem Público: Ajuste a valor presente do saldo.

**3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

**a. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial:**

Os valores de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um compo-

nente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:**

**Ativos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

- Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais, o impairment e qualquer ganho ou perda no desreconhecimento são reconhecidos no resultado.

**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia e sua controlada só possuem passivos classificados e mensurados pelo custo amortizado.

**(iii) Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**Passivos financeiros**

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

**b. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão incluídos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada não possuem perdas sobre os recebíveis de clientes.

**c. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo descontado o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos da usina hidrelétrica estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela Aneel.

As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Em 13 de outubro de 2020 a Companhia e sua controlada enviaram a correspondência CE-FCE-0140-20 para a Aneel, questionando sobre o direito de indenização do valor residual dos bens ao final da concessão, e em 19 de novembro de 2020, por meio do Ofício nº 510/2020-SFF/Aneel, a Aneel respondeu que não há que se falar em indenização ao final do prazo contratual, amparado no § 2º do art. 4º da Lei nº 9074/1995, e a partir do Parecer da Procuradoria Jurídica da Aneel nº 170/2013-PGE/Aneel/PGF/AGU, 02 de abril de 2013. De acordo com o exposto, a administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estará limitada ao prazo de concessão. O efeito desta mudança foi um incremento a partir de janeiro de 2021 de uma despesa mensal com depreciação de R\$ 6.143.

Com o retorno da correspondência ocorrendo ainda em 2020, foi necessário efetuar um complemento de depreciação referente a um mês de depreciação pelo novo critério. O valor envolvido era imaterial e foi ajustado em 2021.

Em consequência da extensão de prazo da concessão definido pela Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, houve um aumento da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Desta forma, foi recalculada a cota mensal de depreciação para este novo período de concessão, a despesa mensal passou de R\$ 11.459 para R\$ 8.715.

Posteriormente a Companhia e sua controlada tiveram uma nova extensão de prazo da concessão, de 680 dias referente ao reconhecimento do excludente de responsabilidade, conforme nota explicativa nº 1. Com isso, a cota de depreciação foi recalculada com este novo prazo que se estendeu até junho de 2041. A despesa mensal passou de R\$ 8.715 para R\$ 7.981 a partir de abril de 2022.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**d. Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação teve como contrapartida a conta do passivo circulante e não circulante.

**e. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

- A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:
  - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), ou
  - O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

**Mensuração das perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

**Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e sua controlada em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira, ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

**Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

**Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e sua controlada para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu que não há indicação de redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

**f. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**g. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**h. Uso do Bem Público**

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices

continua.

continuação.

contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela administração da Companhia e sua controlada.

**i. Encargos setoriais**

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

**(j) Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D**

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

**(l) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 10, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O artigo 3º, da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016, determina que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 7% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela Aneel, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

**j. Provisões**

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado cuja obrigação será requerida a ser liquidada e o montante desta é estimado de forma confiável.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando em conta os riscos e as incertezas da obrigação.

**k. Ajuste a valor presente**

As obrigações de uso do bem público são atualizadas pela inflação sendo utilizados os índices de IGP-M e IPCA. Esses valores são trazidos pelo seu valor presente em virtude de não serem remunerados por taxas de juros reais. A taxa de juros utilizada no início (2011) do cálculo do ajuste a valor presente foi pela taxa média de captação dos financiamentos de 5,30% a.a. e reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua captação de financiamentos. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de uso do bem público (passivo) e sua realização é registrada como despesa financeira pela fruição do prazo.

**l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**m. Partes relacionadas**

Compreendem as transações de compra e venda de energia e prestação de serviços, que são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes, mediante contrato e conforme preços de mercado.

**n. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho

**5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia assegurada pela Companhia foi vendida no Ambiente de Contratação Regulada, sendo 40% através de Power Purchase Agreement – PPA e 60% através de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado – CCEAR, e possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh anuais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

A receita operacional líquida é composta da receita de venda de energia, deduzida dos tributos, do programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D e da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, pois são calculados sobre a receita de venda de energia.

**o. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e debêntures.

**p. Mudanças nas principais políticas contábeis**

Uma nova norma foi efetivada a partir de 1º de janeiro de 2022 e não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros (Alterações ao CPC 50).

**q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Melhorias gerais e Prática Comum, que altera a Taxonomia Contábil IFRS 2022 (em novembro de 2022 houve a primeira proposta de atualização);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 28/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12), e
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	16	17	287	290
Aplicações financeiras	-	-	380.995	209.500
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>381.282</b>	<b>209.790</b>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI de 101% a 105,2% (em 31 de dezembro de 2021 eram de 101,2% a 110,8% do CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e, por essa razão, foram considerados como equivalentes de caixa, e o saldo em 31 de dezembro de 2022 tem como finalidade principal o pagamento dos impostos

de ajuste anual de IRPJ e CSLL, divididos aos acionistas e cobertura das operações de curto prazo da Companhia e sua controlada.

**5 Aplicações financeiras (consolidado)**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com carência superior a 90 dias, cuja valorização tem como referência as variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada não apresentaram saldo com estas características (R\$ 133.659 em 31 de dezembro de 2021 com CDI de 104% a 108%).

**6 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)**

Referem-se a aplicações financeiras (conta reserva) classificadas como valor justo por meio do resultado, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento com o BNDES e do contrato CUST (Custo de Uso do Sistema de Transmissão).

Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vencida do serviço da dívida. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 47.296 (R\$ 48.486 em 31 de dezembro de 2021).

Para garantia do pagamento dos encargos do Uso da Transmissão, a Companhia e sua controlada optaram pelo Contrato de Constituição de Garantia - CCG, onde deverá ser mantido em conta especial 110% do valor de um mês do seu pagamento mensal, sendo que esta conta poderá ser utilizada até o final do contrato de concessão, desde que a Companhia e sua controlada estejam cobertas por carta fiança. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.762 (R\$ 8.577 em 31 de dezembro de 2021).

**7 Contas a receber de clientes (consolidado)**

	31/12/2022	31/12/2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	14.120	6.562
Suprimento de energia elétrica – PPA	58.830	52.638
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	80.910	73.279
<b>Total</b>	<b>153.860</b>	<b>132.479</b>
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	69.406	63.298
Outros clientes	84.454	69.181

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes é de 49 dias. Não há títulos vencidos e provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as políticas da Companhia.

**8 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de PIS e COFINS	-	-	6	6
IRRF sobre aplicação financeira	2	2	2.085	1.517
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	4	4
Outros	-	-	345	93
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2.440</b>	<b>1.620</b>
Circulante	2	2	2.027	1.422
Não circulante	-	-	413	198

**9 Despesas antecipadas (consolidado)**

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros	502	394
Outras despesas antecipadas	7	-
<b>Total</b>	<b>509</b>	<b>394</b>
Circulante	496	384
Não circulante	13	10

Os prêmios de seguros são apropriados de acordo com os vencimentos e têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Prêmios de seguros</b>	<b>Vigência</b>	
Seguro de responsabilidade civil	30.05.22 a 30.05.23	13
Seguro de riscos operacionais	30.05.22 a 30.05.23	400
Seguro de veículos	03.05.22 a 03.05.23	6
Seguro D&O	30.09.22 a 30.09.23	9
Seguro empresarial	03.03.22 a 03.03.23	1
Seguro garantia	01.12.20 a 01.04.26	59
Seguro de equipamentos	18.11.21 a 17.11.24	21
<b>Total</b>		<b>509</b>

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

**10 Investimento em controlada**

Representado por participação societária integral na controlada Foz do Chapecó, cujas principais informações estão demonstradas a seguir:

	Foz do Chapecó	
	31/12/2022	31/12/2021
Quantidade de ações	254.129	714.129
% Participação	100%	100%
Ativo	3.228.110	3.251.885
Passivo	2.594.394	2.116.603
Patrimônio líquido	633.716	1.135.282

	Foz do Chapecó	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	1.203.128	1.068.277
Resultado do exercício	422.709	435.952

A movimentação do investimento no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.135.282	933.985
Equivalência patrimonial	422.709	435.952
Distribuição de lucros de exercícios anteriores (a)	(293.341)	(113.842)
Distribuição de lucros do exercício (b)	(170.934)	(120.812)
Restituição de capital social aos acionistas (c)	(460.000)	-
Saldo no final do exercício	633.716	1.135.282

(a) O montante de R\$293.341 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2022, e pago em 29 de junho de 2022. O montante de R\$ 113.842 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2021, e pago em 20 de outubro e 23 de dezembro de 2021.

(b) O montante de R\$170.934 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 26 de setembro de 2022, e pago em 12 de dezembro de 2022. O montante de R\$ 120.812 foi distribuído conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 01 de setembro de 2021, e pago em 10 e 23 de dezembro de 2021.

(c) O montante de R\$ 460.000 de capital social foi restituído aos acionistas conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de abril de 2022 que autorizou a redução do capital social, vide nota explicativa nº 19.

**11 Imobilizado (consolidado)**

**a. Composição do imobilizado**

	31/12/2022			31/12/2021	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Em serviço:					
Terrenos	5,41%	185.207	(21.099)	164.108	173.251
Reservatórios, barragens e adutoras	5,41%	1.515.999	(445.310)	1.070.689	1.130.341
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,41%	262.781	(79.729)	183.052	193.252
Máquinas e equipamentos	5,41%	845.404	(335.035)	510.369	536.980
Outros	5,41%	3.632	(2.329)	1.303	1.105
		<b>2.813.023</b>	<b>(883.502)</b>	<b>1.929.521</b>	<b>2.034.929</b>
Em curso:					
Terrenos		4.193	-	4.193	3.883
Edificações, obras civis e benfeitorias		46	-	46	58
Máquinas e equipamentos		8	-	8	29
Depósitos judiciais (*)		23.156	-	23.156	23.515
Material em depósito		900	-	900	946
Outros		812	-	812	328
		<b>29.115</b>	<b>-</b>	<b>29.115</b>	<b>28.759</b>
<b>Total</b>		<b>2.842.138</b>	<b>(883.502)</b>	<b>1.958.636</b>	<b>2.063.688</b>

(\*) Depósitos judiciais relacionados a processos de desapropriações de terrenos estão em andamento aguardando julgamento.

A administração da Companhia e sua controlada revisaram os critérios de depreciação e decidiram que a partir de 01 de janeiro de 2021 a depreciação dos bens do ativo imobilizado estaria limitada ao prazo de concessão. Esta decisão foi definida após negativa da Aneel quanto a indenização ao final da concessão. Com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.932 da Aneel, que aumenta em 1.011 dias o prazo da concessão, houve recálculo sobre o residual de imobilizado na data base 31 de agosto de 2021 e considerado

o novo incremento na vida útil dos bens a partir de setembro de 2021. Antes do aumento do prazo de concessão, a taxa média de depreciação com a adoção do cálculo pelo prazo de concessão era de 6,28% a.a., passando para 5,41% a.a..

Em 01 de abril de 2022 a Aneel publicou no Diário Oficial da União a Resolução Autorizativa nº 11.412 de 29 de março de 2022, que reconheceu excludente de responsabilidade com base na alteração do cronograma de implantação da UHE Foz do Chapecó, estendendo em 680 dias o prazo de concessão. Houve recálculo da depreciação sobre o residual do imobilizado na data base 31 de março de 2022 considerando o aumento na vida útil a partir de abril de 2022 na depreciação mensal reconhecida a partir de abril de 2022. As duas extensões citadas acima representaram, em conjunto, uma extensão de 1691 dias na outorga da concessão, com encerramento em 25 de junho de 2041.

**b. Movimentação do imobilizado em 2022**

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2022
<b>Em serviço:</b>					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.999	-	-	-	1.515.999
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.776	-	-	5	262.781
Máquinas e equipamentos	843.794	(356)	1.966	845.404	
Outros	3.400	(124)	356	3.632	
	<b>2.811.176</b>	<b>(480)</b>	<b>2.327</b>	<b>-</b>	<b>2.813.023</b>
Depreciação acumulada	(776.247)	(107.503)	248	-	(883.502)
	<b>2.034.929</b>	<b>(107.503)</b>	<b>(232)</b>	<b>2.327</b>	<b>1.929.521</b>
<b>Em curso:</b>					
Imobilizado em construção	28.759	3.141	(458)	(2.327)	29.115
	28.759	3.141	(458)	(2.327)	29.115
<b>Total</b>	<b>2.063.688</b>	<b>(104.362)</b>	<b>(690)</b>	<b>-</b>	<b>1.958.636</b>

**Indisponibilidade dos bens**

De acordo com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1997, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, são vinculados a esses serviços, não podendo ser removidos ou alienados, sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do poder concedente.

**c. Movimentação do imobilizado em 2021**

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2021
<b>Em serviço:</b>					
Terrenos	185.207	-	-	-	185.207
Reservatórios, barragens e adutoras	1.515.984	-	-	15	1.515.999
Edificações, obras civis e benfeitorias	261.883	-	-	893	262.776
Máquinas e equipamentos	841.657	-	-	2.137	843.794
Outros	3.380	-	-	20	3.400
	<b>2.808.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.</b>	

continuação.

**a. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2022**

Agente financeiro	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos	Pagamento de		Saldo em 31/12/2022
				Amortização de Custo	Juros	
BNDES (direto)	515.706	-	42.388	(89.624)	(39.172)	429.298
BNDES (direto)	3.919	-	319	(681)	(294)	3.263
BNDES (repasso)	261.032	-	22.480	(45.356)	(20.861)	217.295
Debêntures	-	460.000	38.071	(2.277)	(33.056)	462.738
<b>Total</b>	<b>780.657</b>	<b>460.000</b>	<b>103.258</b>	<b>(2.277)</b>	<b>(135.661)</b>	<b>93.383</b>

**b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 2021**

Agente financeiro	Saldo em 31/12/2020	Encargos	Pagamento de		Saldo em 31/12/2021
			Principal	Juros	
BNDES (direto)	605.201	39.888	(89.389)	(39.994)	515.706
BNDES (direto)	4.601	297	(679)	(300)	3.919
BNDES (repasso)	306.329	21.423	(45.237)	(21.483)	261.032
<b>Total</b>	<b>916.131</b>	<b>61.608</b>	<b>(135.305)</b>	<b>(61.777)</b>	<b>780.657</b>

As garantias oferecidas para as operações foram: garantia-reserva de meios de pagamento, penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas e penhor de ações.

O cronograma de pagamentos dos financiamentos do passivo não circulante está apresentado a seguir:

	31/12/2022
2024	227.744
2025	227.744
2026	227.744
2027-2041	194.159
<b>Total</b>	<b>877.391</b>

**Cláusulas restritivas de contratos**

BNDES - O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) inadimplemento de qualquer obrigação da beneficiária ou dos intervenientes; (ia) redução do quadro de pessoal sem oferecer programa de treinamento ou programa de realocação; (si) inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido "quórum" especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivos que importem em restrições à capacidade de crescimento da beneficiária ou a seu desenvolvimento tecnológico, restrições de acesso da beneficiária a novos mercados e restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação de financiamento; (ir) extinção da concessão outorgada pela Aneel para exploração do potencial energético; (v) constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES; (vi) alteração do Acordo de Acionistas da beneficiária sem prévia e expressa anuência do BNDES; (vii) não cumprimento dos contratos de garantia e do contrato de concessão; e (viii) falsidade de declaração e aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

**Debêntures** - A dívida poderá ser automaticamente declarada antecipadamente vencida no caso de ocorrer uma das seguintes situações: (i) vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, em qualquer obrigação financeira de valor individual ou agregado superior a R\$ 46.000; (ii) liquidação, dissolução, cisão, fissão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora; (iii) proposta pela Emissora e/ou por quaisquer subsidiárias de plano de recuperação extrajudicial; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou de suas subsidiárias; (v) inadimplemento pela Emissora de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão; (vii) se for declarada a invalidez, nulidade ou inexecutabilidade da Escritura de Emissão e/ou de qualquer de suas disposições, por decisão judicial imediatamente exigível; (viii) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial e/ou de qualquer decisão arbitral ou administrativa imediatamente exequível contra a Emissora e/ou suas subsidiárias em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 46.000; e (ix) alteração do tipo societário da Emissora.

**Índice de Cobertura da Dívida**

Os contratos de financiamento e a Escritura de Emissão de Debêntures possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois). O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos no "Anexo VI ao Contrato de Financiamento mediante Repasse de Recursos - BNDES/FINEM nº 4.001.463-0", e no "Anexo B da Escritura de Emissão". O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2022, a controlada apresentou índice de 3,3 (4,4 em 31 de dezembro de 2021) atingindo os índices de covenants tanto os financeiros quanto os qualitativos.

**15 Impostos a recolher (consolidado)**

	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	6.816	6.366
PIS	1.468	1.375
ICMS	34	61
Outros	359	243
<b>Total</b>	<b>8.677</b>	<b>8.045</b>

**b. Imposto de renda e contribuição social a recolher**

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	117.398	96.947
Contribuição social	38.558	31.593
<b>Total</b>	<b>155.956</b>	<b>128.540</b>

**16 Taxas regulamentares (consolidado)**

	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e Desenvolvimento	15.035	23.656
Taxa de Fiscalização	243	235
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	3.064	1.762
<b>Total</b>	<b>18.342</b>	<b>25.653</b>
Circulante	17.915	24.646
Não circulante	427	1.007

**17 Uso do Bem Público (consolidado)**

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo, refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação (direito de outorga), determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até o final da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M (40% do saldo) e IPCA (60% do saldo) em novembro de cada ano. O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M e IPCA até 31 de dezembro de 2022.

**a. Movimentação do Uso do Bem Público em 2022**

Uso do Bem Público	31/12/2021	Adição	Pagamento	Atualização	
				monetária e AVP	31/12/2022
Circulante	89.805	64.038	(90.953)	120.627	1.147.652
Não circulante	964.135	-	-	-	96.691

**b. Movimentação do Uso do Bem Público em 2021**

Uso do Bem Público	31/12/2020	Adição	Pagamento	Atualização	
				monetária e AVP	31/12/2021
Circulante	866.660	104.966	(79.193)	161.507	1.053.940
Não circulante	77.070	-	-	-	89.805
Não circulante	789.590	-	-	-	964.135

**18 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (consolidado)**

A Companhia e sua controlada são parte de processos judiciais, de natureza cível, trabalhista e fiscal. A Administração da Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, conforme movimentação abaixo:

**a. Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas - 2022**

	31/12/2021	Atualização Monetária	Adição	Reversão	31/12/2022
Riscos trabalhistas	23	1	365	(24)	365
Ação Indenizatória (*)	33.977	1.950	711	(744)	35.894
Ação regulatória (**)	-	6.493	14.633	-	21.126
Ação fiscal	7	1	-	-	8
<b>Total</b>	<b>34.007</b>	<b>8.445</b>	<b>15.709</b>	<b>(768)</b>	<b>57.393</b>
Circulante	32.530	-	-	-	34.797
Não circulante	1.477	-	-	-	22.596

(\*) Em outubro de 2021 a ação civil pública, que questiona o valor a ser pago a título de compensação ambiental, teve seu risco de perda alterado de provável para possível no montante de R\$ 32.157 (R\$ 16.036 de principal e R\$ 16.494 de atualização), após decisão da Ministra Rosa Weber que não reconheceu o recurso extraordinário interposto, reduzindo as chances e possibilidades da controladora Foz do Chapecó. A expectativa da assessoria jurídica é que o desembolso ocorra em até 1 ano. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado desta ação está em R\$ 34.311.

(\*\*) O Ministério de Minas e Energia - MME emitiu a portaria MME nº 178/2017 que estabeleceu novos valores de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional (SIN). Esta revisão de garantia física gerou uma alteração nos termos aditivos dos contratos CCVEs firmados entre partes relacionadas com efeitos a partir de janeiro de 2018. A homologação dos termos aditivos foi indeferida pela Aneel, levando a Companhia e sua controlada a ingressarem com ação visando a anulação do ato administrativo da Aneel que indeferiu a homologação. Houve uma liminar garantindo o efeito da revisão, e que foi revogada em 30 de julho de 2021, mas não processada na liquidação pela CCEE. A assessoria jurídica até 31 de dezembro de 2021 manteve o risco da ação como possível, no entanto no primeiro trimestre de 2022 o risco foi reavaliado e alterado para provável.

**b. Movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas - 2021**

	31/12/2020	Atualização			31/12/2021
		Monetária	Adição	Reversão	
Riscos trabalhistas	107	5	-	(89)	23
Ação indenizatória (*)	1.891	16.663	16.036	(613)	33.977
Ação fiscal	-	1	6	-	7
<b>Total</b>	<b>1.998</b>	<b>16.669</b>	<b>16.042</b>	<b>(702)</b>	<b>34.007</b>
Circulante	-	-	-	-	32.530
Não circulante	1.998	-	-	-	1.477

**c. Possível**

Em 31 de dezembro de 2022 as ações de risco possível totalizam o montante de R\$ 118.585 (R\$ 107.773 em 31 de dezembro de 2021) conforme segue:

• **Processos socioambientais**  
Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 18.916 (R\$ 19.347 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a ações de desapropriações, compensação ambiental e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas do reservatório da usina da controlada Foz do Chapecó.

• **Processos regulatórios**  
Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 37.462 (R\$ 30.975 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a ação de anulação de perdas elétricas decorrentes das linhas de transmissão FCE-Xanxerê e FCE-Guarita.

• **Processos tributários**  
Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 62.066 (R\$ 57.219 e R\$ 124 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 113 são respectivamente ações tributárias referente aproveitamento de crédito de PIS e Cofins e de ação anulatória de notificação de ISS.

• **Processos trabalhistas**  
Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 28 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a ações trabalhistas de funcionários de empresas subcontratadas. Uma ação de teve seu risco alterado de provável para possível em 30 de junho de 2022 no montante de R\$80.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada possuem R\$ 23.156 (R\$ 23.515 em 31 de dezembro de 2021) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações, conforme nota explicativa nº 11.

**19 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$254.509, representado por 254.509.342 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (R\$714.509, representado por 714.509.342 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021). Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia e sua controlada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações			Participação - %
	31/12/2022	31/12/2021		
CPFL Geração Energia S.A.	129.799.764	364.399.765	51	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	101.803.737	285.803.736	40	
Cia. Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	22.905.841	64.305.841	9	
<b>Total</b>	<b>254.509.342</b>	<b>714.509.342</b>	<b>100</b>	

A CEEE-GT Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica realizou uma cisão no ano de 2021 separando as empresas em geradora e transmissora, com isso transferiu todas as ações para a CEEE-G Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica conforme livro de transferência de 22 de dezembro de 2021.

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de abril de 2022 autorizou a redução de capital, através do cancelamento de até 460.000.000 ações equivalente a R\$ 460.000. Com base no art. 174 da Lei nº 6.404, a redução de capital social com restituição aos acionistas efetivou-se 60 dias após a publicação da ata da assembleia que ocorreu em 16 de maio de 2022 que deliberou sobre o tema. O capital social foi reduzido e o montante restituído aos acionistas em 15 de julho de 2022.

**b. Reserva de lucros**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem constituído reservas de lucros no montante de R\$ 379.571, de acordo com a legislação societária.

**Legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. Com a redução do capital social ocorrida em 15 de julho de 2022, a conta de reserva legal ficou excedente a 20% do capital social. Desta forma, a Companhia e sua controlada realizaram um estudo jurídico para que a redução da reserva legal seja realizada adequadamente. A Companhia e sua controlada submetaram o tema aos trâmites legais objetivando o equacionamento dessa situação, que deverão ser finalizados em 2023 mediante deliberação em Assembleia Geral dos Acionistas.

**Retenção**

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de fazer face às obrigações decorrentes das operações de financiamentos.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 13 de agosto de 2021, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 113.842, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 29 de abril de 2022, deliberou-se pela distribuição de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$ 293.341, conforme disponibilidade de caixa da Companhia e sua controlada.

**A destinar**

A reserva de lucros a destinar refere-se ao saldo remanescente dos lucros do exercício de 2022, à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

**c. Dividendos declarados**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2022
Lucro líquido do exercício	422.708
Reserva legal - 5%	-
Base de cálculo de dividendos	422.708
Dividendos propostos intermediários distribuídos em 2022	105.677
A seguir a movimentação de dividendos a pagar:	

	Valor
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-
Distribuição de reservas de lucros	113.842
Distribuição de dividendos intermediários 2021	120.812
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2021	(103.538)
Pagamento dividendos adicionais 2020	(113.842)
Pagamento dividendos intermediários 2021	(17.274)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	-
Distribuição de reservas de lucros	293.341
Distribuição de dividendos intermediários 2022	170.933
Pagamento dividendos adicionais 2021	(293.341)
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios 2022	(105.677)
Pagamento dividendos intermediários 2022	(65.256)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-

Em Assembleia Geral Extraordinária datada de 01 de setembro de 2021, deliberou-se pela distribuição de lucros intermediários sobre lucro líquido de 30 de junho de 2021. O montante aprovado foi de R\$ 120.812. O valor dos dividendos adicionais e intermediários no montante de R\$ 113.942 e R\$ 120.812 respectivamente foram pagos em outubro e dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

Os dividendos excedentes de 2021 no montante de R\$ 293.341 foram pagos em 29 de junho de 2022.

Os dividendos intermediários de 2022 no montante de R\$ 170.933 foram pagos em 12 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e sua controlada não apresentaram dividendos propostos de 25% a pagar, pois esta obrigação já foi executada quando foram pagos os dividendos intermediários.

**20 Receita operacional líquida (consolidado)**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida, apresentada na demonstração do resultado do período:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	2.268.840,0	672.376	2.268.840	616.047
Suprimento de energia elétrica - PPA	1.496.908,8	662.613	1.496.909	555.894
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	1.933.532,5	27.566	788.467	33.025
	5.699.281,3	1.362.555	4.554.216	1.204.966
	-	(124.493)	-	(112.681)
Tributos sobre a receita	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	(12.002)	-	(10.655)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(22.932)	-	(13.353)
	-	(34.934)	-	(24.008)
Receita operacional líquida	5.699.281,3	1.203.128	4.554.216	1.068.277

**21 Custo de geração de energia elétrica (consolidado)**

**a. Energia elétrica comprada para revenda**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade (MWh)	Valor	Quantidade (MWh)	Valor
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	1.544.681,9	(11.270)	774.022,9	(22.752)
Fornecedores diversos de energia elétrica	217.440,0	(41.287)	210.240,0	(37.147)
(-) Repactuação do risco hidrológico (*)	-	-	-	185.419
Créditos de PIS e COFINS	-	4.943	-	5.257
<b>Total</b>	<b>1.762.121,9</b>	<b>(47.614)</b>	<b>984.262,9</b>	<b>130.777</b>

Em 2022, devido à baixa vazão do rio Uruguai houve redução da geração de energia elétrica, desta forma foi necessário comprar energia no mercado de curto prazo.

(\*) Pleito de Repactuação do risco hidrológico, vide nota explicativa nº 1.

**b. Custos da produção de energia**

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e amortização (*)		

continuação...

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Contas a receber</b>		
CPFL Paulista de Força e Luz	42.726	37.287
CPFL Piratininga de Força e Luz	21.201	19.593
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	5.439	5.055
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	-	1.327
Companhia Jaguarí de Energia	40	36
<b>Total</b>	<b>69.406</b>	<b>63.298</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita com fornecimento de energia elétrica</b>		
CPFL Paulista de Força e Luz	444.403	375.648
CPFL Piratininga de Força e Luz	218.210	180.246
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	44.203	40.219
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	-	13.706
Companhia Jaguarí de Energia	342	312
<b>Total</b>	<b>707.158</b>	<b>610.131</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fornecedores a pagar</b>		
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	(52)	(41)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(9)	(8)
CPFL Geração Energia S.A	-	(2)
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	(3.007)	(2.653)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(17)	(16)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(28)	(25)
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	(13)	-
<b>Total</b>	<b>(3.126)</b>	<b>(2.745)</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Prestação de serviços (Custo)</b>		
Furnas Centrais Elétricas S.A	(10.665)	(10.777)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	(10.991)	(10.560)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	(7.143)	(6.782)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(2.138)	(1.801)
CPFL Geração Energia S.A	(2.510)	(2.500)
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica CEEE-T	(1.778)	(1.754)

	31/12/2022	31/12/2021
Goiás Transmissão S.A.	(253)	(208)
MGE Transmissão S.A.	(191)	(130)
Transenergia Renovável S.A. - TER	(69)	(61)
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	(18)	(15)
Transenergia São Paulo S.A.	(14)	(12)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	(11)	(10)
Emp. Transmissão do Alto Uruguai S.A. - Etau	(114)	(90)
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	(5.013)	(4.667)
CPFL Transmissão Piracicaba S/A	(11)	(9)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(576)	(492)
Transenergia Goiás S.A.	(45)	(42)
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia SA	(104)	(89)
Lago Azul Transmissão S.A.	(16)	(14)
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	(155)	(133)
CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda.	(13)	(10)
Tesb Transmissora de Energia Sul Brasil LTDA	(34)	(24)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(964)	(731)
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletro	(4.179)	(3.627)
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.	(428)	-
CPFL Transmissão de Energia Maracanau Ltda.	(4)	-
CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda.	(11)	-
Caldas Novas Transmissão S.A.	(4)	(3)
<b>Total</b>	<b>(47.452)</b>	<b>(44.541)</b>

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Compra de energia (Custo)</b>		
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	(34.344)	(31.205)
<b>Total</b>	<b>(34.344)</b>	<b>(31.205)</b>

**26 Honorários da Administração (consolidado)**  
Estão registrados na rubrica de honorários da administração no grupo de despesas operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários	(894)	(836)
Encargos sociais e benefícios	(371)	(322)
Participação nos lucros	(433)	(305)
<b>Total</b>	<b>(1.698)</b>	<b>(1.463)</b>

**27 Instrumentos financeiros (consolidado)**  
**a. Classificação contábil e valor justo**  
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	31/12/2022			31/12/2021		
	Nota Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	4	380.995	Nível 2	209.500	209.500	Nível 2
Aplicações financeiras	5	-	Nível 2	133.659	133.659	Nível 2
Aplicações financeiras vinculadas	6	58.058	Nível 2	57.063	57.063	Nível 2
		439.053		400.222	400.222	
<b>Custo amortizado:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa – Depósitos a vista	4	287		290	290	
Contas a receber clientes	7	153.860		132.479	132.479	
Outros créditos		9.059		16.995	16.995	
		163.206		149.764	149.764	
<b>Passivo financeiros</b>						
Custo amortizado:						
Fornecedores	13	26.417		18.144	18.144	
Empréstimos e financiamentos	14	1.112.594		780.657	858.723	
Uso do bem público	17	1.147.652		1.053.940	1.053.940	
		2.286.663		1.852.741	1.930.807	

**Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros**  
Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
  - **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
  - **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.
- b. Gerenciamento dos riscos financeiros**  
A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
- Risco de crédito (veja item "ii");
  - Risco de liquidez (veja item "iii"), e
  - Risco de mercado (veja item "iv").

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**  
O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e sua controlada estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada.

**(ii) Risco de crédito**  
Risco de crédito é o risco de que a Companhia e sua controlada incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco.

Também surge da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pela Companhia e por sua controlada como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada. Adicionalmente, 40% de suas vendas de energia são para as Empresas do Grupo CPFL, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há contas a receber ou instrumentos financeiros para os quais foi constituída provisão para perdas esperadas ou com problemas de recuperação.

**(iii) Risco de liquidez**  
Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e sua controlada investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 4), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2022, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e sua controlada possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir demonstra o prazo de vencimento esperado para os passivos financeiros, contratados pela Companhia e sua controlada, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros e atualizações estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2022.

NE	Menos						Total
	de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Uso do bem público	17 (8.058)	(16.115)	(73.105)	(100.989)	(105.609)	(2.258.111)	(2.561.987)
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	14 (16.148)	(31.169)	(283.897)	(298.327)	(271.545)	(453.470)	(1.354.556)
Fornecedores	13 (26.418)	-	-	-	-	-	(26.418)
	<b>(50.624)</b>	<b>(47.284)</b>	<b>(357.002)</b>	<b>(399.316)</b>	<b>(377.154)</b>	<b>(2.711.581)</b>	<b>(3.942.961)</b>

**(iv) Risco de mercado**  
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e sua controlada ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco cambial**  
A Companhia e sua controlada, não possuem exposição a riscos cambiais. **Risco de taxa de juros**  
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia e sua controlada, bem como as despesas financeiras decorrentes dos financiamentos, são afetados pelas variações das taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em fosse mantido nesta data, e que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,39% a.a.; TJLP 7,20% a.a.; IGP/M 5,45% a.a.; IPCA 5,90% a.a.). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos abaixo, o valor da despesa financeira líquida em 2023 seria impactado em:

Valor exposto	Risco	CDI		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
439.053	Redução da CDI	5.747	(9.290)	(24.328)

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Chapecoense Geração S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapecoense Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Chapecoense Geração S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A. e da Chapecoense Geração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**  
**Valores correspondentes ao exercício anterior**  
O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de janeiro de 2022, sem ressalvas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração

Valor exposto	Risco	Instrumentos financeiros passivos - Financiamento BNDES		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(649.856)	Aumento da TJLP	(49.354)	(61.693)	(74.032)

Valor exposto	Risco	Instrumentos financeiros passivos - Debênturas		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(462.738)	Aumento da CDI	(47.205)	(64.742)	(76.084)

Valor exposto	Risco	Instrumentos financeiros passivos - UBP		
		Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
(1.147.652)	Aumento do IGP/M - 60% e IPCA - 40%	(114.937)	(141.435)	(157.992)

• Cenário Provável (I): Os índices de CDI, TJLP, IGP/M e IPCA considerados no cenário provável são de: 12,39% a.a., 7,20% a.a., 5,45% a.a e 5,90% a.a, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. Para a UBP foi realizada ponderação da variação do IGP-M, em 40%, e do IPCA, em 60%.

• Cenário II e III Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução ou elevação foram aplicados sobre os índices do cenário provável.

A Companhia e sua controlada optou por apresentar a análise de sensibilidade relativa ao risco de taxa de juros para cada um de seus instrumentos financeiros expostos a este risco em separado devido ao fato de que estes instrumentos financeiros estão expostos a diferentes indexadores de juros.

**Instrumentos financeiros derivativos**  
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros derivativos nem outros ativos de riscos.

**(v) Outros riscos**  
**Análise de risco de não renovação da concessão**  
A controlada Foz do Chapecó detém a concessão para exploração de serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela Aneel e/ou pelo Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia e sua controlada (nova licitação), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

**Análise de risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**  
Decorre da estratégia entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações. A estrutura de capital da controlada é baseada em forte participação do capital de terceiros, tomado com o BNDES para financiamento da construção da UHE Foz do Chapecó. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a controlada monitora permanentemente os níveis de endividamento e fluxos de caixa.

**Análise de risco sobre os impactos da crise hídrica**  
A energia gerada pela controlada Foz do Chapecó depende das condições hidroclimáticas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentado os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe os agentes a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a controlada Foz do Chapecó aderiu à proposta de repactuação do risco hidroclimático, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência deste risco hidroclimático para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

**28 Compromissos contratuais (consolidado)**  
Seguem abaixo os compromissos de longo prazo da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2022:

Obrigações contratuais	Até 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	(110.414)	(233.198)	(249.910)	(2.203.164)	(2.796.686)
Compra de energia	(49.316)	(80.167)	(78.150)	-	(207.633)
Contratos de O&M	(2.413)	-	-	-	(2.413)
Contratos de venda	1.417.554	3.005.243	3.160.076	14.826.658	22.409.531
<b>Total</b>	<b>1.255.411</b>	<b>2.691.878</b>	<b>2.832.016</b>	<b>12.623.494</b>	<b>19.402.799</b>

**29 Eventos subsequentes (consolidado)**  
A garantia física da controlada Foz do Chapecó teve uma redução de 4,28% a partir de 1º de janeiro de 2023, passando de 427,2 MWm para 408,9 MWm, conforme definido na Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022.

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 3 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado  
Contador CRC 1PR042584/O-7

continua...

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Chapecoense Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I- O Relatório Anual da Administração – Exercício de 2022; II- O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e III- O parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 03 de fevereiro de 2023. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia,

todos os esclarecimentos julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Chapecoense Geração S.A., e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 03 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2023.

Conselheiros Fiscais:

Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino  
Tiago da Costa Parreira  
Viviane Duarte dos Santos



FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.  
CNPJ 04.591.168/0001-70

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	381.266	209.773	Fornecedores	12	26.417	18.144
Aplicações financeiras	5	-	133.659	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	13	235.203	137.959
Contas a receber de clientes	7	153.860	132.479	Salários e obrigações sociais		2.022	1.802
Impostos a recuperar	8	2.025	1.420	Impostos a recolher	14.a	8.677	8.045
Despesas antecipadas	9	496	384	Imposto de renda e contribuição social a recolher	14.b	155.956	128.540
Outros créditos		4.923	13.303	Taxas regulamentares	15	17.915	24.646
		<u>542.570</u>	<u>491.018</u>	Uso do bem público	16	96.691	89.805
				Provisão para riscos cíveis	17	34.797	32.530
				Dividendos declarados	18.c	345	345
						<u>578.023</u>	<u>441.816</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	9	13	10	Empréstimos, financiamentos e Debêntures	13	877.391	642.698
Aplicações financeiras vinculadas	6	58.058	57.063	Taxas regulamentares	15	427	1.007
Impostos a recuperar	8	413	198	Uso do bem público	16	1.050.961	964.135
Outros créditos		4.133	3.692	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	22.596	1.477
Imobilizado	10	1.958.636	2.063.688	Impostos diferidos	23.a	64.996	65.470
Intangível	11	664.287	636.216			<u>2.016.371</u>	<u>1.674.787</u>
		<u>2.685.540</u>	<u>2.760.867</u>				
<b>Total do ativo</b>		<b>3.228.110</b>	<b>3.251.885</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	18		
				Capital social		254.129	714.129
				Reservas de lucros		379.587	421.153
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>633.716</u>	<u>1.135.282</u>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.228.110</b>	<b>3.251.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional líquida</b>	19	1.203.128	1.068.277
<b>Custo de geração de energia elétrica</b>	20	(382.528)	(168.460)
<b>Resultado bruto</b>		<u>820.600</u>	<u>899.817</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	21	(7.106)	(21.916)
Honorários da administração	25	(1.698)	(1.463)
Outras despesas operacionais, líquidas		1.440	1.928
		<u>(7.364)</u>	<u>(21.451)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>813.236</u>	<u>878.366</u>
Receitas financeiras	22	58.616	18.592
Despesas financeiras	22	(234.194)	(240.054)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>637.658</u>	<u>656.904</u>
Contribuição social corrente	23	(57.036)	(45.255)
Imposto de renda corrente	23	(158.388)	(122.918)
Contribuição social diferida	23	126	(13.971)
Imposto de renda diferido	23	349	(38.808)
<b>Resultado do exercício</b>		<u>422.709</u>	<u>435.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<u>637.658</u>	<u>656.904</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10 e 11	143.505	162.453
Repactuação do risco hidrológico	11	-	(185.419)
Encargos financeiros, líquidos	13	103.258	61.608
Reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	(768)	(702)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	15.709	16.042
Resultado baixa de imobilizado	10	690	434
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	8.445	16.669
Variação monetária e AVP do uso do bem público	16	120.627	161.507
Rendimento das aplicações financeiras	22	(60.309)	(14.153)
		<u>968.815</u>	<u>875.343</u>
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>			
Contas a receber de clientes		(21.381)	(15.405)
Impostos a recuperar		(820)	(1.317)
Despesas antecipadas		(115)	(18)
Outros créditos		7.938	7.776
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>			
Fornecedores		8.273	(362)
Salários e obrigações sociais		220	135
Impostos a recolher		632	17.067
Taxas regulamentares		(7.311)	(7.268)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<u>956.251</u>	<u>875.951</u>
Despesas financeiras e juros pagos	13	(93.383)	(61.777)
IRPJ e CSLL pagos		(184.340)	(152.426)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>678.528</u>	<u>661.748</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	10	(3.141)	(3.845)
Aplicações financeiras		244.473	(173.646)
Aquisição de intangível	11	(34)	(129)
<b>Fluxo de caixa usado nas (proveniente das) atividades de investimento</b>		<u>241.298</u>	<u>(177.620)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de dividendos	18.c	(464.275)	(234.655)
Restituição de capital social aos acionistas		(460.000)	-
Pagamento do uso do bem público	16	(90.953)	(79.193)
Captação de debêntures	13	460.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(135.661)	(135.305)
Captação de aplicações financeiras vinculadas		(57.444)	52.172
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<u>(748.333)</u>	<u>(396.981)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		171.493	87.147
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	209.773	122.626
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>381.266</u>	<u>209.773</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção	A destinar		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>714.129</b>	<b>106.015</b>	-	<b>113.841</b>	-	<b>933.985</b>
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(113.841)	(1)	(113.842)
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	120.813	(120.813)	-	-
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(120.813)	-	-	(120.813)
Resultado do exercício	-	-	-	-	435.952	435.952
<b>Destinações:</b>						
Constituição de reserva legal	-	21.797	-	-	(21.797)	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	-	414.154	(414.154)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>714.129</b>	<b>127.812</b>	-	<b>293.341</b>	-	<b>1.135.282</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>714.129</b>	<b>127.812</b>	-	<b>293.341</b>	-	<b>1.135.282</b>
Redução de capital social	(460.000)	-	-	-	-	(460.000)
Distribuição de lucros de exercícios anteriores	-	-	-	(293.341)	-	(293.341)
Destinação para reserva de retenção do exercício corrente	-	-	170.934	(170.934)	-	-
Distribuição de lucros do exercício corrente	-	-	(170.934)	-	-	(170.934)
Resultado do exercício	-	-	-	-	422.709	422.709
<b>Destinações:</b>						
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Lucro à disposição da assembleia	-	-	-	422.709	(422.709)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>254.129</b>	<b>127.812</b>	-	<b>251.775</b>	-	<b>633.716</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	422.709	435.952
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>422.709</b>	<b>435.952</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Foz do Chapecó Energia S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: I- O Relatório Anual da Administração – Exercício de 2022; II- O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e III- O parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 03 de fevereiro de 2023. Após haver procedido ao exame de todos os documentos citados acima, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, recebendo inclusive, por parte da Administração da Companhia, todos os esclarecimentos julgados necessários, concluiu que as demonstrações financeiras refletem a posição patrimonial e financeira da empresa, manifestando-se, de forma unânime, pela aprovação. Com base nos exames efetuados, constatando-se que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Foz do Chapecó Energia S.A., e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de 03 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2023.


Conselheiros Fiscais:

Carlos Victor Pereira Sicard Cyrino  
Tiago da Costa Parreira  
Viviane Duarte dos Santos

**Diretoria**  
Peter Eric Volf - Diretor Superintendente  
Otávio Luiz Rennó Grilo - Diretor

**Conselho de Administração**  
Rodolfo Coli da Cunha  
Bruno Augusto Pereira Rovea  
Rodolfo Nardez Siro  
Anderson Lanna Alves Bittencourt  
Rogerio Gonçalves Pizeta

**Contadora**  
Gabriela Cristina Veber  
CRC/SC 029196/O-2

**Aviso De Licitação – REPUBLICADO**  
 O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 13 de março de 2023, às 15:00 horas realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 026/2023-SRP, destinada a "EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO". Protocolo até as 14:50 horas do dia 13 de março de 2023. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.chapeco.sc.gov.br](http://www.chapeco.sc.gov.br), no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó, 24 de fevereiro de 2023.  
 Astrit Maria Savaris Tozzo – Secretária de Educação  
 ID/TCE: 2B01677DE1FA8FE3792BE13C4DD463CC004B465C

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
 O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 048/2023, para o Registro de Preços, destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e higiene, na Data/Horário: 13/03/2023 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), UASG 453230. (Chave TCE A4BF64C92CD316DFA1A6E977F11BED7BB3BA2D04).  
 Joinville/SC, 23 de fevereiro de 2023.  
 Sílvia Cristina Bello – Diretora Executiva.  
 Ricardo Mafrá – Secretário de Administração e Planejamento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
CONVOCAÇÃO**  
 O chefe do Poder Executivo do Município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em atendimento ao que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000, faz saber a quem possa interessar especialmente aos cidadãos Franciscuenses, que será realizada Audiência Pública no dia 28/02/2023 às 14 horas, no Plenário da Câmara de Vereadores, situado na Rua Alameda Ipiranga nº 179, Centro, neste município. Esta audiência será realizada para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2022, perante a Comissão de Vereadores responsáveis pelo acompanhamento de cumprimento das referidas metas.  
 São Francisco do Sul, 16 de Fevereiro de 2023.  
**GODOFREDO MOREIRA GOMES FILHO**  
 Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, que realizará a reabertura do procedimento licitatório abaixo, o qual estava suspenso:  
**LICITAÇÃO Nº 001/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por Item.**  
**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos recreativos do tipo "Playground Infantil", "Balanço Acessível" e "Brinquedos Avulsos", para serem instalados nas Escolas e CMEI'S da Rede Municipal de ensino de São Francisco do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
**Data e horário para início da entrega das propostas: 24 de março de 2023 às 08h.**  
**Data e horário limite para entrega das propostas: 10 de março de 2023 às 08h30.**  
**Início da Sessão de Disputa de Preços: 10 de março de 2023 às 09h.**  
 O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br); [www.diariomunicipal.sc.gov.br/site](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site).  
 São Francisco do Sul, 23 de fevereiro de 2023.  
 Carlos Roberto Nunes  
 Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

**MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023**  
 O Município de Tubarão/SC, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde, situado à Rua Altamiro Guimarães, 1109, Oficinas, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição parcelada de medicamentos, fitoterápicos, fraldas, suplementos alimentares, vitaminas, lubrificante ocular, lancetas e produtos de venda livre em geral para atendimento de ações judiciais em desfavor do município de Tubarão.  
 Início da Sessão Pública do Pregão Eletrônico: 14 horas do dia 10/03/2023.  
 O edital em inteiro teor está à disposição no endereço acima mencionado, no horário de expediente, das 13 às 19 horas, ou pelos sites [www.tubarao.sc.gov.br](http://www.tubarao.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).  
 TCE/SC 7A570DC3D83CFEFFF6B6B1987CE89BEDE73B8CB  
 Tubarão/SC, 24 de fevereiro de 2023.  
 Daisson José Trevisol  
 Diretor-Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO - REABERTURA**  
 A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 12/2006, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 3.310/2020, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, bem como, a Lei 8.666/93, que realizará o procedimento licitatório abaixo:  
**LICITAÇÃO Nº 005/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por ITEM.**  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos eletrônicos, em regime de Sistema de Registro de Preço, destinados as unidades escolares de São Francisco do Sul para serem usados nas atividades educacionais, como ferramentas multimídia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.  
**Data e horário para início da entrega das propostas: 27 de fevereiro de 2023 às 8:30hrs.**  
**Data e horário limite para entrega das propostas: 13 de março de 2023 às 8:30hrs**  
**Início da Sessão de Disputa de Preços: 13 de março de 2023 às 09hrs**  
**O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, no horário das 08:00h às 14:00h ou nos sites: [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br); [www.diariomunicipal.sc.gov.br/site](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site); [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) – UASG 988319.**  
 São Francisco do Sul, 24 de fevereiro de 2023.  
 Carlos Roberto Nunes  
 Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

 **PREFEITURA DE LAGES** **AVISO DE LICITAÇÃO RERRATIFICAÇÃO I**  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº188/2022 - SMS  
**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICA, UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA), SAMU E PROGRAMA DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES/SC.  
 O Município de Lages, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no edital em comento estão disponíveis no site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).  
**Abertura:** 10/03/2023 às 09h  
**Valor Estimado:** R\$ 2.617.356,32  
**Da retirada do Edital:** <https://licitacoes.lages.sc.gov.br/>  
 Lages, 27 de fevereiro de 2023.  
 Alexandre dos Santos Martins  
 Secretário da Administração e Fazenda

PARA ANUNCIAR LIGUE  
**48 3212 4127**  
 **48 99127 3939**

MANDE E-MAIL:  
**[publicidadelegal@ndmais.com.br](mailto:publicidadelegal@ndmais.com.br)**

